

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

PAULINELE ALCARÁ

**Estudo das percepções de crianças institucionalizadas em uma
unidade de acolhimento sobre sua institucionalização**

Curitiba

2014

PAULINELE ALCARÁ

**Estudo das percepções de crianças institucionalizadas em uma unidade de
acolhimento sobre sua institucionalização**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Psicologia da Universidade
Tuiuti do Paraná, como parte dos requisitos
para obtenção do grau de Mestre em
Psicologia

Área de concentração: Psicologia Social
Comunitária

Orientadora: Profa. Dra. Roberta Kafrouni

Curitiba

2014

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que sempre se doaram inteiramente às minhas necessidades educacionais, concedendo suporte financeiro e psicológico para concluir as etapas a que me propunha.

Ao meu marido que mesmo fazendo inúmeras queixas, procurou incentivar e apoiar nas cansativas viagens e escolhas feitas por conta dos estudos.

Aos meus colegas e amigos do trabalho, da faculdade e da vida que com incentivo, me impulsionaram para a continuidade de uma trajetória de dedicação e conhecimento.

A minha orientadora Doutora Roberta Kafrouni que com muita paciência me reergueu e me fez enxergar que a única pessoa que havia de dar o “pé na tábua” era eu mesma, me fazendo persistir.

E claro, a minha colega/amiga/irmã Juliana Cristina Viecheneski que, incansavelmente, me suportou e me acompanhou nesta jornada desde as andanças no concorrido transporte público de Curitiba, às noites de preocupação por dormir em hotéis com pouca segurança.

**Estudo das percepções de crianças institucionalizadas em uma
unidade de acolhimento sobre sua institucionalização¹**

Paulinele Alcará²

Roberta Kafrouni³

Resumo

As instituições de acolhimento estão presentes em diversos estudos que tratam sobre papéis da família, cuidadores e técnicos; prejuízos causados pela institucionalização; motivos que levam ao acolhimento, entre outros aspectos. Entretanto, na maioria deles, os temas abordados e discutidos não envolvem o ator principal desta vivência, que é a criança ou adolescente acolhido. Diante disso, o presente artigo trás a análise do relato de crianças e adolescentes acolhidas, observando elementos relacionados às suas perspectivas e visão de futuro. A pesquisa buscou compreender de que forma os acolhidos vêem possibilidades diante do futuro, bem como entender o que esperam e desejam, considerando a situação de acolhimento e, em conseqüência, afastamento do ambiente familiar. Possibilitando a realização do estudo participaram 06 acolhidos e 05 técnicos e cuidadores que vivenciam o dia-a-dia de uma Casa-Lar. Além das entrevistas foram analisados os documentos da instituição e os processos judiciais de cada caso, com a finalidade de constituir uma trajetória para cada abrigado, bem como entender os procedimentos adotados na história de acolhimento e familiar de cada um dos participantes. A análise dos dados foi tratada através da análise de conteúdo, tendo definidas as categorias a partir das falas dos informantes. O relato dos acolhidos possibilitou a reflexão referente às perspectivas de futuro e o que desejam e sonham crianças e adolescentes institucionalizadas. Não obstante, o conteúdo revelado pelos participantes também oportunizou a reflexão acerca do que as instituições realmente oferecem para desenvolver os acolhidos, tendo em vista as determinações e diretrizes legais e orientações técnicas que norteiam a atuação dos profissionais e funcionamento das unidades de acolhimento. Constatou-se a necessidade das pesquisas oferecerem mais espaço para que crianças e adolescentes exponham o que pensam sobre a experiência de viver em um abrigo, assim como o que esperam de suas vidas. Necessidade também a ser melhorada dentro das instituições de acolhimento, com a ampliação ou criação dos momentos de escuta, e principalmente exercitar o aumento da relevância dos conteúdos para as decisões em relação a cada um dos acolhidos.

¹ Artigo produzido a partir da dissertação de Mestrado em Psicologia pela Universidade Tuiuti do Paraná.

² Mestranda em Psicologia.

³ Doutora em Psicologia e orientadora da pesquisa.

Encontra-se na literatura uma vasta contribuição de estudos referente ao acolhimento institucional (Silva, 2004; Costa, 2011; Nogueira & Costa, 2005; Alexandre & Vieira, 2004; Álvares & Lobato, 2013; Bernardi, 2010; Prada, Williams & Weber, 2007; Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007; Jauczura, 2008). Estes abordam: papéis da família, cuidadores e técnicos; prejuízos causados pela institucionalização; motivos que levam ao acolhimento, entre outros aspectos. Todavia, estudos que se propõem a analisar o relato das crianças e adolescentes acolhidos, observando suas perspectivas e visão de futuro, ainda são escassos.

O Brasil conta atualmente com 2.598 entidades que executam programas de atendimento institucional, totalizando uma média de 30.000 crianças e adolescentes atendidas (Conselho Nacional do Ministério Público, 2013). É notável a crescente preocupação do país nesta temática, fato este, que pode ser observado nas políticas sociais brasileiras, onde se tem apresentada significativa atenção à família.

As famílias, assim como outros espaços sociais, por uma série de fatores como: falta de recursos, desestrutura familiar, ausência de políticas públicas que garantam condições dignas de sobrevivência, não estão exercendo o papel importante de zelo e cuidado, quando considerada a formação e educação das crianças e adolescentes (Rizzini, Naiff e Baptista, 2006).

Em meio a este cenário, a presente pesquisa tem por finalidade analisar o relato de crianças e adolescentes acolhidos, observando elementos relacionados às suas perspectivas e visão de futuro. Buscou-se compreender de que forma os acolhidos vêem possibilidades diante do futuro, bem como entender o que esperam e desejam, considerando a situação de acolhimento e, em consequência, afastamento do ambiente familiar.

Uma família, por ser de baixa renda e sobreviver com poucos recursos, não é considerada inapta a formar, educar e criar os seus filhos. Entretanto, observa-se que a

pobreza é um fator presente na maioria dos casos em que crianças e adolescentes são afastados do convívio familiar e encaminhados para instituições de acolhimento. A carência de recursos não torna pais incompetentes no exercício do cuidado, mas vê-se que a falta de condições dignas, expõem adultos e crianças ao risco e a vulnerabilidade social, comprometendo os seus papéis (Rizzini, Naiff e Baptista, 2006).

O seio familiar é onde é possibilitado ao ser humano o seu primeiro vínculo social e emocional. Os pais, ao idealizarem a vinda de uma criança, planejam sua chegada, pois integrar um novo membro à família requer mudanças e um reordenamento de papéis e responsabilidades. Contudo, nem todas as famílias ou mães que têm seus filhos, passam por este processo, e desta condição emergem situações que podem comprometer o desenvolvimento de uma criança (Bettelheim, 1992).

Os pais são em quem o filho se orienta. Através do dia-a-dia a criança observa e estuda tudo o que acontece, a partir daí, vai estabelecendo sua maneira de se relacionar com o mundo e as pessoas. Assim, os pais, naturalmente, mostram à criança quem ser e como ser (Bettelheim, 1992). Estas afirmações trazem mais um alerta: como se desenvolve a criança que não tem esta estrutura a sua volta? Baseada em quem e no que a criança que não cresce dentro de uma família, se orienta?

É considerada situação de risco pessoal ou social quando uma criança ou adolescente sofre violência no âmbito familiar, ou seja, quando um membro da família é o autor de ato violento contra a criança ou adolescente. O fator econômico não é um aspecto isolado na trajetória de envolvimento com os programas de acolhimento, mas é reforçado com outros indicadores como maus-tratos, maternidade precoce, comprometimento psíquico, história de vida dos pais e número elevado de filhos (Azôr & Vectore, 2008). Além disso, os registros de abrigamento apontam para este fator como um dos principais

disparadores de outros acontecimentos que expõem a criança e o adolescente a situações inadequadas para o seu desenvolvimento (Martins, Costa & Rossetti-Ferreira, 2010).

Rizzini, Naiff e Baptista (2006) destacam que o acolhimento de crianças e adolescentes deve ser incluso nas famílias como necessidade de fortalecer os elos, tendo em vista que o afastamento dos filhos do convívio familiar é uma atitude que não produz efeitos para superação de vulnerabilidades. O trabalho a ser realizado pela equipe de atendimento das instituições deve ser focado para superação dos problemas em busca de respostas positivas, desqualificando-o de um problema e tornando-o uma oportunidade.

Este fator é reforçado por Jauczura (2008) que, em sua pesquisa com os atores sociais, profissionais que atuam com o acolhimento, constatou que os trabalhadores possuem duas perspectivas em relação ao abrigo, surgindo uma controvérsia. Em suas atuações, os cuidadores e técnicos tratam o acolhimento como um problema: afirmando que o abrigo pode trazer riscos, ao mesmo tempo, que o consideram como proteção: uma oportunidade positiva para o desenvolvimento. Esta confusão de percepções vem reforçar a complexidade que é formar uma criança fora da atmosfera familiar, pois ao passo que favorece também é entendida como prejudicial.

Bronfenbrenner (1996) também observa em suas pesquisas o aspecto positivo a ser considerado na área de acolhimento, quando defende que a instituição é o único lugar além da família que serve como contexto abrangente de desenvolvimento humano. O autor ainda reforça que quanto maior for à presença de eventos que propiciem desenvolvimento dentro da instituição, mais necessidades da criança ou adolescente são supridas. Entretanto, afirma que, por mais favorável e estimulador for o ambiente, este é incapaz de proporcionar o equivalente funcional de uma família.

Outro dado importante para compreensão do contexto de abrigamento é o de que mais de 70% das crianças e adolescentes atendidos pelo serviço de acolhimento no país

não recebem visita de familiares. Isso demonstra que, mesmo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforçando a necessidade para que os vínculos dos atendidos com as suas famílias de origem sejam estimulados ou retomados, a falta de visitas apresenta-se como fator negativo e vivenciados por boa parte das entidades de todo o território nacional (Conselho Nacional do Ministério Público, 2013).

Um dos recursos que auxiliam para diminuição desta falta na vida dos acolhidos é o apadrinhamento afetivo, por se tratar de uma medida que possibilita e permite a construção de vínculos significativos entre criança/adolescente e pessoas da comunidade. Mesmo não previsto no ECA, trata-se de um meio positivo de referência aos atendidos. Entretanto, esta medida deve ser alvo de preocupações, pois apenas 1/3 das entidades de acolhimento brasileiras adotam esta prática (Conselho Nacional do Ministério Público, 2013).

A região Sul do país é onde os programas de acolhimento favorecem maior aproximação do ambiente familiar, pois trabalham com estrutura de casa-lar e família acolhedora, onde se possibilita a reprodução de relações familiares com menor número de acolhidos e maior afinidade entre os envolvidos. Estas modalidades propõem um atendimento de composição familiar com papéis que reproduzem uma atmosfera familiar. O atendimento é personalizado, elemento que passa despercebido dentro das instituições, que conta com um número elevado de atendidos e quantidade insuficiente de profissionais para prestar este tipo de serviço (Conselho Nacional de Assistência Social, 2009).

A modalidade de casa-lar é oferecida em unidade residencial, onde ao menos uma pessoa atua como cuidador/educador residente, ocupando o lugar de mãe social dentro da casa. Atendem até 10 crianças e/ou adolescentes e visa estimular o desenvolvimento de relações mais aproximadas que remetem ao vínculo familiar. Já a modalidade de família acolhedora é realizada em residências de famílias previamente cadastradas junto à entidade de acolhimento e ao sistema Judiciário. Tem como intuito proporcionar o atendimento em

ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização (Conselho Nacional de Assistência Social, 2009). O Paraná é o Estado que mais atua através da modalidade de casa-lar (Conselho Nacional do Ministério Público, 2013).

Além do papel do acolhimento na vida das famílias, se observa recorrentemente na literatura a discussão em relação ao motivo pelos quais as crianças e adolescentes brasileiros estão sendo encaminhados aos programas de acolhimento. Diante disso o Conselho Nacional do Ministério Público em pesquisa recente (2013) apontou os seguintes resultados em ordem de ocorrência: Negligência dos pais e/ou responsável; Dependência química/alcoolismo dos pais e/ou responsável; Abandono dos pais e/ou responsável; Violência doméstica; e Abuso sexual praticado pelos pais e/ou responsável.

Já em pesquisa realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 2002, a pobreza aparece como a principal causa do abrigamento. Outras condições que tiveram frequência entre os dados para acolhimento, também em ordem de ocorrência, são: abandono, violência doméstica, dependência química dos pais ou responsável, vivência de rua e orfandade (Silva, 2004).

Martins, Costa e Rossetti-Ferreira (2010) realizaram um estudo de caracterização das entidades de acolhimento e obtiveram dados diferentes quanto aos motivos para acolhimento. Os resultados das pesquisadoras apontam a negligência como principal causa. Em seguida, aparece: abandono, dependência química dos pais, violência doméstica (física, psicológica e sexual).

Estes estudos apontam diferentes resultados, mas que reproduzem contextos muito semelhantes, onde a exposição ao risco e ao abandono é evidente.

O ECA determina que uma criança ou adolescente deve permanecer acolhido por um período máximo de 2 anos, salvo em casos excepcionais. Entretanto, o panorama

observado no Brasil apresenta-se distinto desta determinação, visto que aproximadamente 35% dos atendidos permanece mais do que 2 anos em situação de acolhimento (Conselho Nacional do Ministério Público, 2013).

Neste sentido, vale apontar que em levantamento nacional realizado pelo IPEA verificou-se que o período de permanência de uma criança ou adolescente em acolhimento é variável, sendo que 32,9% dos abrigados tem uma média de permanência de dois a cinco anos, revelando um extrato contrário ao proposto nas orientações legais (Silva, 2004).

Observa-se na realidade das instituições um cenário ainda mais agravante, pois em alguns casos, jovens permanecem em instituição até completar maioridade. A pesquisa do Ministério Público publicada em 2013 apresenta um resultado positivo por parte das instituições, em que mais de 70% delas trabalham de forma gradativa o desligamento dos adolescentes, preparando-os profissionalmente e educacionalmente, desenvolvendo autonomia. Todavia, permanece a preocupação diante dos sentimentos que acompanham estes jovens neste processo de longa permanência em acolhimento com a consciência de que o desligamento se dará apenas com a maioridade (Conselho Nacional do Ministério Público, 2013).

Em pesquisa realizada por Nogueira e Costa (2005) podem ser observadas algumas dificuldades presenciadas em ambiente de acolhimento. A primeira delas é referente ao cuidado dispensado aos acolhidos, sendo considerado pouco atento às manifestações, permanecendo uma tendência de considerar eventos coletivos, voltando poucos olhares para situações que ocorrem na individualidade. Este fator é agravado pela alta rotatividade das equipes que trabalham em entidades de acolhimento. A mudança constante do cuidador e do técnico reafirma a experiência de separação, abandono e desamparo vivenciados pelo acolhido no momento de entrada na instituição.

Nogueira e Costa (2005) afirmam que a instituição de acolhimento, apesar de suprir muitas necessidades como higiene, alimentação e vestimenta, não atinge alguns aspectos do desenvolvimento de uma pessoa. O processo de cuidado não atende necessidades particulares de cada um que está acolhido, tendo um olhar generalizado em relação ao que precisam ou esperam.

As autoras também apontam que a confusão de papéis do cuidador ou técnico que atua na área de acolhimento acarreta prejuízos na sua atuação, pois não se tem claro o que é de sua competência no ambiente, assim como na vida de cada um dos acolhidos. Neste sentido, a atuação dos profissionais fica restrita ao controle, onde a repressão e limitação dos movimentos visam modelar as manifestações dos acolhidos em uma tentativa de assegurar o controle (Nogueira e Costa, 2005).

Política de acolhimento

O serviço de acolhimento faz parte da Política de Assistência Social, regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que em 1993 organizou os serviços socioassistenciais através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Brasil, 2004 & Conselho Nacional de Assistência Social, 2004). O atendimento destes serviços é dividido em duas proteções: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (Conselho Nacional de Assistência Social, 2009).

O acolhimento de crianças e adolescentes deve ser medida provisória e excepcional, e trata-se da proteção àqueles que se encontram em situação de risco pessoal e social, os quais as famílias ou responsáveis encontram-se impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção (Brasil, 1990 & Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2009).

Para uma criança ou adolescente ser acolhido é necessário que a rede de proteção tenha colocado em prática medidas preventivas antes do acolhimento, que é considerado ação em última instância. Tendo não constatada outra forma para distanciar a vítima de uma convivência violenta ou negligente, adota-se o abrigo que interrompe o ciclo vivido e se desvincula os laços familiares (Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2009).

Os aspectos apresentados acima demonstram que tanto o ECA quanto as políticas socioassistenciais descrevem diretrizes que visam garantir segurança. Entretanto, como pôde ser observado nos dados trazidos anteriormente com as pesquisas do IPEA e do MP, as orientações socioassistenciais e exigências legais não são suficientes para garantir que se apliquem as determinações na atuação das instituições de acolhimento. Além de faltar a especificação de metodologias de trabalho, o texto legal não oferece segurança de que o que está descrito nos documentos oficiais, seja realmente aplicado. Neste cenário, famílias continuam sendo marginalizadas, e crianças e adolescentes são mantidas distantes da oportunidade de conviver em família e em comunidade.

Diante do exposto, observa-se movimentos de transformação e reordenamento no campo do acolhimento de crianças e adolescentes, fato que indica a importância de se atribuir um olhar mais atento à temática. Ao passo em que se fala de rever as políticas e atingir níveis mais elevados de escuta e espaço para o desenvolvimento de autonomia, a presente pesquisa intenta oferecer possibilidade de análise do relato dos principais atores deste contexto, os acolhidos.

A descrição das políticas e orientações que norteiam a atuação da rede socioassistencial não tem demonstrado eficácia, conforme visto nas pesquisas realizadas dentro da realidade das instituições brasileiras. Os dados apontam que o que se pretende garantir dentro das instituições através das determinações legais, além de não ser cumprido

e garantido, poucas vezes apresenta evolução, fato este que pode ser constatado na comparação das pesquisas do IPEA realizada em 2002 e do Ministério Público realizada em 2013.

Método

Participantes

Participaram da pesquisa 06 acolhidos, sendo 02 adolescentes e 04 crianças. A amostra cumpriu os seguintes critérios de inclusão: idade maior de 08 anos e tempo de abrigamento mínimo de 06 meses. Também participaram do estudo 05 profissionais que atuam na parte técnica e de atendimento da instituição para compor informações complementares.

Instrumentos

Para a coleta dos dados foi utilizado como instrumento a entrevista semi-estruturada sendo que o roteiro dos acolhidos era composto por 15 questões divididas em 5 blocos de perguntas, sendo eles: História de vida, Rotina, Visão de si, Relação com o outro e Futuro. Foi efetuada entrevista com os técnicos com o objetivo de obter informações que contribuíssem para análise das entrevistas dos acolhidos. Todas as entrevistas foram gravadas e tiveram duração média 1 hora cada.

Outras fontes de informação foram: o protocolo de análise dos processos judiciais, composto por 10 categorias que visavam identificar cada caso e evidenciar informações; e o protocolo de análise dos documentos institucionais, composto por 11 categorias que objetivavam caracterizar os casos e apresentar dados completos sobre o desenvolvimento e ocorrências da vida de cada participante e da instituição.

Procedimentos

Tendo a aprovação para realização da pesquisa, através de parecer expedido pelo Comitê de Ética, foi iniciada a análise dos documentos da instituição, bem como processos

judiciais dos casos pertencentes à pesquisa. Concluída esta etapa, foi realizado o agendamento das entrevistas com os profissionais e com os acolhidos.

Para o início das entrevistas foi realizada a apresentação dos objetivos da pesquisa e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para coleta de assinatura. Terminada a coleta dos dados, as entrevistas foram devidamente transcritas e iniciou-se o processo de análise de conteúdo dos relatos, através da identificação de categorias de análise.

Análise de dados

A técnica de análise dos dados obtidos através das entrevistas se caracteriza pela análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), que a descreve como uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto pelo informante através da comunicação. Baseia-se na análise de comunicações, permitindo a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção das mensagens.

A análise dos dados passou pelas três fases propostas pela autora, sendo: pré-análise onde o material foi organizado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias. Em seguida, passou-se para a segunda etapa, que se trata da exploração do material, onde foram definidas as categorias de análise e unidades de registro. Por fim, foi finalizada a análise de dados com o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, onde foram condensadas as informações e destacados os elementos de análise reflexiva e crítica (Bardin, 1977).

A pesquisa visa considerar o que os acolhidos relatam sobre perspectivas de futuro, desejos e sonhos. Para ampliar a compreensão da trajetória de vida de cada um dos participantes da pesquisa também foram entrevistados os técnicos e cuidadores que atuam no atendimento da instituição, que pontuaram situações relevantes para constituição do contexto da pesquisa e histórico dos acolhidos. Também foi realizada a análise dos

processos judiciais e documentos institucionais, o que possibilitou o entendimento legal de cada caso, bem como procedimentos adotados com cada família tanto pela justiça como rede de apoio. A leitura dos documentos também subsidiou um conhecimento prévio da história de vida de cada um, permitindo uma preparação mais personalizada para a análise das entrevistas, baseada nos componentes das vivências de cada um deles.

Resultados e Discussão

Para favorecer o entendimento do estudo, inicialmente será apresentado o contexto da pesquisa, caracterizando a instituição estudada e fornecendo elementos de compreensão do cenário vivenciado pelos participantes. Em seguida será apontada a trajetória de cada um dos acolhidos e as categorias de análise dos relatos dos referidos, com os principais resultados e dialogando com a literatura da área. As categorias de análise dos dados obtidos nas entrevistas dos acolhidos foram: Motivo do acolhimento; Futuro; O que mudaria e Como sou.

Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma Casa-Lar localizada no interior da região Oeste do Paraná, a qual é referenciada na Comarca do mesmo município. Trata-se de uma instituição que atende crianças e adolescentes de zero a dezessete anos, que no período de entrevistas mantinha 09 acolhidos. Ao analisar o número de acolhidos deve-se levar em consideração o fator dinâmico funcional deste tipo de instituição, na qual a entrada e saída é contínua e imprevisível.

O Abrigo foi fundado em abril de 1997, e na atual estrutura, funciona desde o ano de 2005. A finalidade de sua existência é atender demandas de crianças e adolescentes em situação de risco e de rápida resolução, sendo o seu principal objetivo abrigar temporariamente. As situações mais frequentemente atendidas são relacionadas à ausência

de escola, abandono dos pais ou responsáveis, genitores alcoolizados e/ou dependentes de outros tipos de drogas e sem condição de dispensar cuidados, negligências de forma geral, incluindo abandono de bebês recém nascidos.

No período da pesquisa faziam parte do quadro de funcionários do abrigo 02 atendentes responsáveis pelas tarefas da casa e cuidados dos acolhidos. No apoio técnico da casa, compunha 1 assistente social, 1 psicólogo e 1 pedagogo (profissionais que também atendem o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS). A casa conta ainda com o auxílio da administração da Secretaria de Assistência Social nas áreas de manutenção e organização da casa.

Entre as atividades cotidianas dos acolhidos está a ida a creche ou escola, conforme idade, sendo que os maiores de 06 anos freqüentam um programa social no contra turno escolar, que também é mantido pela Secretaria Municipal de Assistência Social. De segunda a sexta-feira, apenas dois dos acolhidos almoça na instituição, e os demais retornam apenas no final da tarde. Nos finais de semana e feriados os acolhidos, mediante autorização judicial, podem deixar a entidade para visita a familiares e pessoas da comunidade. As famílias que possuem autorização para visita ao abrigo, também às fazem mediante agendamento prévio e acompanhamento dos técnicos da instituição.

Trajetória dos acolhidos

Carol, atualmente quatorze anos, residia com a mãe e o padrasto quando foi acolhida. Está no abrigo há cinco anos e o motivo do acolhimento é que a mãe negligenciava os cuidados, não oferecendo condições adequadas ao desenvolvimento dos filhos. Além disso, a mãe mantinha atitudes agressivas em relação aos filhos, expondo-os a situações de violência física e psicológica. Carol é considerada pela equipe de atendimento da casa, uma adolescente dedicada aos estudos e prestativa no cuidado da casa e dos demais acolhidos, principalmente seu irmão Carlos.

Além de Carol, está acolhido seu irmão Carlos que também participou da pesquisa. Carlos, atualmente quinze anos, assim como Carol, residia com a mãe e o padrasto quando foi acolhido, portanto, possui a mesma motivação para o acolhimento. Carlos é o mais velho da casa e na percepção dos técnicos tem um comportamento muito aquém do esperado para a idade, pois mantém atitudes infantilizadas e em alguns momentos temperamento instável.

Lucas, atualmente nove anos, residia com a mãe, o padrasto e os irmãos quando foi acolhido. Está no abrigo há um pouco mais de um ano e o motivo do acolhimento é que a mãe cometia atos de violência física. Lucas é considerado pela equipe de atendimento como uma criança agitada e de difícil relacionamento dentro da casa, possui dificuldade para o cumprimento das regras e em alguns momentos manifesta-se agressivo.

Além de Lucas, está acolhida sua irmã Luana que também participou da pesquisa. Luana, atualmente oito anos, assim como Lucas, residia com a mãe, o padrasto e os irmãos quando foi acolhida, portanto, possui a mesma motivação para o acolhimento. Luana é vista como uma criança carinhosa, mas com padrão de comportamento instável quando as coisas não saem da forma como são esperadas por ela.

Rafael, atualmente nove anos, residia com a mãe quando foi acolhido. Está no abrigo há um pouco mais de um ano e o motivo do acolhimento é que a mãe o agredia fisicamente. É analisado como uma criança tranquila, mas com dificuldade de relacionamento, optando por fazer as coisas e brincar sozinho.

Marcos, atualmente dez anos, residia com os pais quando foi acolhido. Está no abrigo há aproximadamente oito meses e o motivo do acolhimento é que a mãe mantinha atitude omissa diante da exposição de risco a qual o pai expunha o filho. O pai o levava para locais inadequados para a idade e o permitia a vivência de situações que prejudicavam o seu desenvolvimento. Marcos é visto como uma criança que chegou ao abrigo com

comportamentos muito diferentes do esperado para a sua idade, mas que manifesta muito progresso na forma de agir e se relacionar.

Categorias de análise

Motivo do acolhimento

Nesta categoria buscou-se analisar o relato dos acolhidos em relação ao motivo que os trouxeram ao acolhimento; levantar, junto aos abrigados, se conheciam a razão de estarem abrigados e distantes do convívio familiar; e extrair como percebem a mudança de ambiente e o que entendem sobre hoje viver dentro de uma instituição.

Bernardi (2010) discute em sua obra a história de vida dos acolhidos. A autora enfatiza a importância de se construir com os acolhidos a continuidade da sua história, lembrando fatos passados e registrando novos acontecimentos que se dão na vivência dentro do acolhimento e relações que estabelece fora dele. Por outro lado, também aponta que se observa um processo silenciador por parte dos acolhidos em falar da sua história, fato este, observado no relato dos participantes do estudo. Parte dos entrevistados optou em não abrir certos assuntos relacionados às suas histórias, demonstrando esta dificuldade ou até evitando falar no assunto, abordando outro tema diferente do indagado:

“É, porque eu estava com raiva do meu irmão, daí eu contei, e ele não quis deixar o meu irmão entrar pra dormir. O meu irmão foi na delegacia, daí prendeu minha mãe e ele. Viemos pro abrigo” (Carol, 14 anos).

“Ah, não sei, eles não cuidavam direito. Batiam em nós, em mim e na minha irmã” (Carlos, 15 anos). “Eu apanhava bastante da minha mãe, eu fazia arte, ela deixava eu sozinho... um dia eu não queria ir pra escola, eu quis voltar pra casa e ela pegou uma vara e me deu umas varadas no meio da rua, e daí o outro dia que foi na escola o conselho foi lá me pegar, minha mãe estava chorando” (Lucas, 09 anos). “Minha mãe me batia. Ela batia muito. Com vara. Sempre” (Luana, 08 anos). “Minha mãe batia em mim e na minha irmã, até com tijolo e essas coisas, daí depois quando nós acordamos eu fui pra escola, minha irmã já tava lá... daí me buscaram e me levaram pra cá” (Rafael, 09 anos).

Bernardi (2010) apresenta a necessidade de se ampliar o espaço de escuta destinado às crianças e adolescentes acolhidos. A autora defende que, tanto nos

documentos que envolvem as decisões judiciais, como nas expectativas dos acolhidos, o que predomina é a manifestação dos adultos responsáveis pelo cuidado. Aponta a necessidade de ampliar os espaços de escuta dentro dos ambientes de acolhimento, fazendo com que os desejos e perspectivas dos acolhidos sejam considerados.

No relato dos profissionais foi possível observar que nos momentos mais inesperados, como em um banho, é que a criança ou adolescente se sente à vontade para contar sobre sua história. Este fato pode esclarecer a pouca abertura dos acolhidos durante a entrevista, quando a maioria foi pouco profundo ao relatar o motivo do acolhimento.

Dentro disso, observou-se na pesquisa o relato recorrente dos participantes de que não costumam falar sobre o que aconteceu na sua trajetória antes do acolhimento, assim como dos planos e expectativas que possuem. Dentro do relato dos técnicos é possível observar elementos semelhantes, quando mencionam que as famílias têm o perfil de desconhecerem a razão dos filhos estarem no abrigo, não sabendo o que motivou o acolhimento.

Rizzini (2004) afirma que a criança ou adolescente institucionalizado em unidade de acolhimento, mesmo tendo suas necessidades básicas atendidas, sofre uma interrupção dos sentimentos de intimidade e cumplicidade, impedindo vínculos mais profundos e confiáveis. O momento da entrevista com um estranho pode ter acentuado a dificuldade em estabelecer uma relação de vínculo e confiança, o que também pode ter inibido as respostas dos participantes quanto à revelação de suas histórias.

A ocorrência de violência física está presente em parte dos relatos, e vem representar os dados revelados nas pesquisas do IPEA e do MP que trazem as principais causas do acolhimento. Mas, há nesta categoria, outro elemento importante, a presença da mãe como autora destas agressões e como sujeito da ação que levou ao acolhimento.

Futuro

Através desta categoria, buscou-se compreender o que os acolhidos desejam para o futuro e entender o que esperam e que perspectivas possuem. Também se analisou o que eles consideram ser importante fazer para que o que desejam se realize, o que é preciso cumprir para alcançar o que sonham e idealizam. O objetivo era além de obter os planos do acolhido, observar a noção de contribuição, se vêem responsabilidade e obtém consciência das próprias ações no futuro e acontecimentos de suas vidas.

“Eu quero ser professora de português” (Carol, 14 anos). “Trabalhar. Mexer com eletrônico” (Carlos, 15 anos). “Ser policial, prender ladrões” (Lucas, 09 anos). “Professora e aquelas que fazem o cabelo” (Luana, 08 anos). “Bombeiro” (Rafael, 09 anos). “Jogar futebol, ser atleta” (Marcos, 10 anos).

O apresentado pelos participantes revela o que qualquer criança ou adolescente que se encontra na mesma fase de maturação e desenvolvimento. Planos, decisão por uma profissão, admirar certas carreiras: são elementos comuns a qualquer ser humano, fato este também apresentado pelos acolhidos, que demonstram ter dúvidas, planos e objetivos, assim como alguém que não vive a experiência de abrigo.

Além de terem perspectivas de futuro, os acolhidos demonstraram ter consciência de que precisam fazer alguns movimentos para que se alcance estes objetivos:

“Passar de ano. Tem que estudar pra ser alguma coisa. Tem que saber economizar” (Carol, 14 anos). “Não pode fazer bagunça, essas coisas... desrespeitar as tias aqui em casa” (Carlos, 15 anos). “Mais comportado, mais feliz, mais amigos eu vou ter. Estudar bem. Fazer faculdade. Eu tenho que obedecer mais pra sair daqui rapidinho do abrigo, conversar com as tias, não brigar com os outros” (Lucas, 09 anos). “Estudar” (Luana, 08 anos). “Estudar” (Rafael, 09 anos). “Estudar” (Marcos, 10 anos).

Dias (2009) aponta que o projeto de vida representa os objetivos a serem alcançados pelo sujeito, e tem dependência total do sujeito para existir. O jovem, ao realizar, imaginar e projetar o seu futuro considera-se no presente e é envolvido por pressões e obrigado a vislumbrar um futuro. O momento de pensar o projeto de vida é a oportunidade para refletir sobre o amanhã, uma projeção de si no futuro, a antecipação de

uma trajetória. O sujeito em construção do seu projeto de vida é influenciado pelas identificações grupais e direções de vida. Orienta-se por uma visão da realidade, assim como possibilidades e impossibilidades de futuro. Trata-se de uma progressão do sujeito, refletindo no seu desenvolvimento integral e auto-realização.

Em pesquisa realizada com crianças e adolescentes acolhidos, com o objetivo de verificar o ajustamento psicológico, Coutinho & Sani (2010) perceberam que o futuro é visto como melhor na perspectiva dos acolhidos. Este fator também esteve presente na pesquisa, como pôde ser observado quando vislumbram coisas positivas para o seu futuro.

O elemento mais mencionado nas ações que devem ter foi estudar, e este também esteve presente no relato das cuidadoras do abrigo. Isso indica a influência que o discurso pode causar no que é verbalizado por eles, deste modo, deve ser tratado com atenção, pois pode aparecer como reprodução do que os cuidadores afirmam diariamente nos papéis de formação e educação dos acolhidos.

O que mudaria

Nesta categoria, verificou-se o que os acolhidos mudariam em suas vidas. O espaço possibilitava abranger qualquer área como família, amigos, enfim, qualquer aspecto que acreditassem que seria melhor se fosse diferente.

Os jovens têm em relação à família uma visão de orientação interna que indicam pra onde ir e o que fazer. Quando afastados do ambiente familiar, tornam-se sujeitos desorientados e abalados em suas possibilidades de estabelecimento de vínculos. Este sentimento de desorientação muitas vezes é o que desencadeia a visão idealista da família, considerando-a como aquela que tudo lhe oferece, não tendo nada de errado, falhado em algo, ou feito algo que o levasse ao acolhimento (Mota e Matos, 2008).

As autoras afirmam que o que motiva esta visão positiva em relação ao futuro é a vivência no abrigo, considerando que o fato dos acolhidos terem se libertado da violência

sofrida em suas residências os impediam de prosperar e planejar o futuro (Coutinho e Sani, 2010). Diferente disso, o relato dos acolhidos da atual pesquisa dão outro sentido para o futuro, afirmando que este só será feliz, se ao lado da família, conforme relatos:

“Visitar mais a minha família, o meu pai, porque família é uma coisa que todo mundo quer ficar” (Carlos, 14 anos). “Gostaria de visitar a minha mãe. Passear num parque ou zoológico. Quero ser melhor, obediente na minha casa. Eu estava apanhando, mas eu não gosto de abrigo” (Lucas, 09 anos). “Eu queria voltar para minha família” (Rafael, 09 anos). “Ir na minha casa. Não estar mais aqui, estar na minha casa. A diferença é que na outra casa ia poder sair e brincar mais tarde, não to falando que aqui não tem liberdade, mas assim, vai poder brincar na rua, essas coisas, andar de bicicleta e aqui não pode” (Marcos, 10 anos).

Mota & Matos (2008) em pesquisa realizada sobre as implicações da institucionalização na vida dos jovens, constataram que a institucionalização é geradora de sentimentos de perda e abandono. Afirmam que a condição de acolhimento pode agravar o desenvolvimento pela dificuldade por parte das crianças e adolescentes em estabelecer relações de confiança e medo do desconhecido. No entanto, mesmo vivido em um cenário de maus tratos e violência, tem-se por parte dos acolhidos o desejo de retornar ao convívio da família.

As autoras Alexandre e Vieira (2004) em pesquisa realizada sobre apego entre crianças institucionalizadas, constataram que à vontade de ter uma família é presente em todos os acolhidos, e esse desejo é ainda mais forte quando se trata da família biológica. Enfatizam que os acolhidos manifestam os sentimentos de saudade e desejo de estar junto novamente, muitas vezes negando ou omitindo o motivo de estarem no abrigo, colocando a família acima de fatos ocorridos, sendo maior à vontade de retornar ao convívio familiar.

As questões relacionadas à disciplina estiveram presentes significativamente no relato dos acolhidos, manifestando uma preocupação em atenderem as expectativas e, neste sentido, sendo uma pessoa “comportada”. Prada, Williams e Weber (2007) em pesquisa realizada com crianças abrigadas, vítimas de violência doméstica, analisaram,

dentre outros elementos, as questões voltadas à disciplina dentro das instituições de acolhimento. As autoras constataram a presença relevante de práticas disciplinares através do controle coercitivo, como castigos e retirada de atividades prazerosas. À luz destas constatações, os participantes da pesquisa não apontaram explicitamente práticas de controle, mas reforçaram em seus relatos a necessidade de serem comportados para que assim sejam bem vistos, e possam ter e participar das atividades propostas pela instituição.

Os entrevistados, quando questionados sobre suas qualidades, afirmaram que são comportados ou que se esforçam muito para serem “certos”, não desapontando os cuidadores e técnicos. Outro aspecto observado neste sentido foi quando foram questionados sobre o que precisam fazer para realizarem seus sonhos, a mesma categoria estava presente “precisa se comportar”. Estes fatos reforçam a ideia de que o modelo estimulado no dia-a-dia dos acolhidos é o de que a forma como eles se comportam (disciplinadamente) determina o que eles são e serão um dia.

Através dos relatos dos acolhidos foi possível observar a inclusão significativa de atividades proporcionadas fora do ambiente do abrigo, como escola, contra-turno escolar, projetos educacionais, aula de instrumentos musicais, cursos de nivelamento, igreja etc. Este fato é reforçado positivamente pela pesquisa de Cavalcante, Magalhães e Pontes (2007) que apontam a importância de vivências externas ao acolhimento, sendo que quanto maior for a abertura do abrigo para ambientes externos mais fluidas serão as fronteiras entre os diferentes contextos de desenvolvimento.

Como sou

A categoria teve o intuito de observar qual a percepção dos acolhidos em relação a si mesmo, como se vêem, que qualidades possuem que características são mais evidentes que os qualifique quem são. A finalidade era considerar a auto análise, auto observação

Alguns acolhidos necessitaram ser estimulado por várias vezes para terem condição de se definirem, o que demonstrou uma preocupação do que falar e dificuldade para apontar qualidades, coisas que gosta, como se vê, como é diante das pessoas.

“Uma boa pessoa, inteligente, meio inteligente nos estudos, estuda muito bem a aula de português. Na educação física também. Eu trato bem as pessoas e com respeito né, porque é o que tem que acontecer, se quer que os outros sejam amigos da gente” (Carol, 14 anos). “Sou meio bagunceiro. Fico dando risada na sala. Eu fico conversando e escutando música. Sou meio agitado, não consigo ficar parado e nem só” (Carlos, 15 anos). “Legal. Feliz. Ajudo os professores, organizo os cadernos e os livros. Brincalhão” (Lucas, 09 anos). “Eu acho eu bonita. Que eu estudo” (Luana, 08 anos). “Obediente. Brincalhão. Adora comer” (Rafael, 09 anos). “Legal. Bom de futebol. Bom no goleiro. Estudioso. Tenho que estudar, se não, não vai pra frente. Amigo. Trabalhador” (Marcos, 10 anos).

Costa (2011) em sua pesquisa sobre grupo de irmãos acolhidos apontou que há uma tendência forte de que irmãos acolhidos na mesma instituição procuram manter-se próximos, procurando interagir entre si, mesmo quando a instituição não estimula o contato entre eles. A autora ainda identificou diferenças na relação dos grupos de irmãos comparando a relação entre irmãos e relação com outros acolhidos, considerando que a relação entre irmãos é mais positiva e empática do que com os demais.

“Tudo que ele precisa eu tento ajudar, tudo que ele quer eu tento ajudar em alguma coisa. Tento ajudar nas coisas que ele precisa, no que ele pede, que nem eu peço pra ele de vez em quando se ele me empresta alguma coisa, que nem assim, emprestar e ajudar o outro, é irmão, tem que se ajudar” (Carol, 14 anos).

Alexandre e Vieira (2004) abordam que na pesquisa realizada por elas, as crianças manifestaram sentimentos idealizados pela figura da mãe, as quais aparecem como alguém que irá tirá-los do abrigo, levá-los para casa, cuidá-los e amá-los. Dados também observados nos relatos dos acolhidos participantes do estudo, os quais manifestaram querer estar perto da figura materna, mesmo esta ter errado em algum momento.

Álvares e Lobato (2013) realizaram um estudo para verificar a incidência de sintomas depressivos em crianças e adolescentes acolhidos e constataram que 35% dos

participantes da pesquisa apresentaram percentil clinicamente significativo e outras 35% apresentaram percentil aproximado ao que acusa sintomatologia depressiva. Os autores detectaram que o perfil mais acometido por sintomas depressivos são os acolhidos com mais de 2 anos de abrigamento. Outros fatores que influenciam o desenvolvimento de sintomas são o histórico do acolhimento, a ausência de apadrinhamento afetivo, não possuir irmãos acolhidos e ser institucionalizado após os 7 anos de idade, entretanto, com menos intensidade.

Carol e Carlos estão abrigados a mais de 5 anos, e em seus discursos pode ser observada certa desesperança em relação ao seio familiar. O maior tempo no abrigo gerou distanciamento da família e os papéis desempenhados por ela foram substituídos por outras coisas ou pessoas dentro do acolhimento. Santos (2010) apresenta em sua pesquisa os efeitos do acolhimento prolongado, onde afirma estas perspectivas como comuns, pois a ausência e distanciamento da família geram a necessidade de pertencer e se apegar a outros componentes da vida.

Considerações Finais

O contato com a realidade da instituição possibilitou além de reflexões sobre a experiência do abrigamento através da escuta dos acolhidos, a reflexão sobre em que medida as orientações de atuação realmente orientam o trabalho realizado dentro dos abrigos. Possibilitou também, pensar e questionar como as garantias da legislação representada pelo ECA estão sendo possíveis de serem atendidas e se são condizentes com a realidade da rede socioassistencial.

Um dos primeiros fatores a se considerar quanto ao relato dos acolhidos vai de encontro às implicações do acolhimento na forma de contar a sua história. No momento em que foi requisitado dos participantes o relato de suas trajetórias, observou-se

dificuldade em relatar e revelar que fatos ocasionaram a vinda para o abrigo. Ponto que também alerta para a presença de uma possível culpabilização do acolhido por ter sido abrigado, quando contam como agiram na situação anterior ao abrigamento.

Futuro, expectativas e desejos estiveram presentes no relato dos participantes que, como qualquer pessoa, vislumbram possibilidades de vida pessoal e profissional. Os acolhidos se mostraram confiantes na oportunidade de construir um futuro, manifestando e idealizando profissões e uma vida fora do abrigo, não tratando o acolhimento como um limitador de planos e perspectivas.

A vontade de conviver em família esteve presente em todos os relatos, por mais doloroso que possa ser considerada a razão de ter levado a criança ou o adolescente ao acolhimento, isto se torna pequeno diante do desejo de retornar para esta família ou para alguém da família. Os relatos evidenciaram que a convivência proporcionada dentro do acolhimento não sacia o que é proporcionado pelo seio familiar.

A pesquisa reforçou a necessidade de se ampliar o espaço de escuta de crianças e adolescentes que vivenciam o acolhimento. Possibilitar o relato e dar o ponto de partida de uma análise a partir de quem realmente é atingido pela situação de acolhimento, aumenta o espaço de compreensão em relação à efetividade do que é proposto nas políticas de atendimento da rede socioassistencial na alta complexidade. Com isso, oferecem-se elementos para reflexão dos papéis dentro do espaço de acolhimento, assim como o que espera da vida uma criança que é afastada do convívio da família.

Referências

- Alexandre, D. T. & Vieira, M. L. (2004). Relação de apego entre criança institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 207-217.
- Álvares, A. M. e Lobato, G. R. (2013). Um Estudo Exploratório da Incidência de Sintomas Depressivos em Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional. **Revista Temas em Psicologia**, Vol. 21, nº 1, 151 – 164.
- Azôr, A. M. G. C. C. V., & Vettore, C. (2008). Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. *Estudos de Psicologia*, 25(1), 77-89.
- Bardin, L. (1977). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições.
- Bettelhem, B. (1992). **Uma vida para seu filho – pais bons o bastante**. 18ª edição. São Paulo: Campus.
- Bernardi, D. C. F. (2010) **Cada caso é um caso: estudos de caso, projetos de atendimento**. 1. Ed. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.
- Brasil (2004). Lei Orgânica de Assistência Social [LOAS]. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Brasil. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA]. Brasília: Congresso Nacional.
- Bronfenbrenner, U. (1996). **A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C & Silva, S. S. C (2010). Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. **Revista Mal-estar e Subjetividade – Fortaleza – Vol. X – Nº 4 – p. 1147-1172**.

Cavalcante, L. I. C., Magalhães, C. M. C. & Pontes, F. A. (2007). Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. **Revista Mal-estar e Subjetividade** – Fortaleza – Vol. VII – Nº 2 – p. 329-352.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, [CNAS] & CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, [CONANDA], (2009). Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, [CNAS], (2009). Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, [CNAS], (2004). Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO [CNMP], (2013). Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público.

Costa, L. N. (2011). Interações entre irmãos em acolhimento institucional: reflexões acerca das condições contextuais. **Dissertação de Mestrado**. Orientadora Celina Maria Colino Magalhães. Universidade Federal do Pará.

Coutinho, J. M. & Sani, I. A. (2010). Casa Abrigo: a solução ou o problema? **Psicologia Teoria e Pesquisa**, Vol. 26 n. 4, p. 633-641.

Dias, M. S. L. (2009). Sentidos do trabalho e sua relação com o projeto de vida de universitários. **Tese de Doutorado**. Orientadora Dulce Helena Penna Soares.

Universidade Federal de Santa Catarina.

Jauczura, R. (2008). Abrigo para crianças e adolescentes como medida de proteção: uma controvérsia. **Revista de Políticas Públicas**, Vol. 12, n. 1, p. 99-106.

Martins, L. B., Costa, N. R. A. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2010). Acolhimento familiar: caracterização de um programa. **Revista Paidéia**. Vol. 20, No. 47, 359-370.

Mota, C., P. & Matos, P., M. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. **Revista Psicologia & Sociedade**. 20 (3): 367-377.

Nogueira, P. C. & Costa, L. F. (2005) A criança, a mãe social e o abrigo: limites e possibilidades. **Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano**, 15(3):36-48.

Prada, C. G., Williams, L. C. A & Weber, L. N. D. (2007). Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes. **Psicologia: Teoria e Prática**, 9(2):14-25.

Rizzini, I. (2004). **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: PUC.

Rizzini, I., Naiff, L. & Baptista, R. (2006). **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo: Cortez.

Santos, M. A. M. (2010) O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco – a experiência passada de institucionalização e o seu significado atual para os sujeitos adultos **Dissertação de Mestrado**. Orientadora Paula Cristina Marques Martins Universidade de Coimbra.

Silva, E.R. (2004). O direito à convivência familiar e comunitária: **Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA.